

ANE

Comissão muda substitutivo e aprova unicidade sindical

PMDB fecha cerco e convence Sarney a dar "leitura positiva" à sua nota

Do enviado especial a Brasília

Um grupo de dezesseis parlamentares do PMDB, comandado pelo líder na Câmara, Luiz Henrique da Silveira, e pelo senador José Richa (PR), fechou, na noite de anteontem, o cerco ao presidente José Sarney, oferecendo-lhe explicações sobre a nota emitida na manhã de quinta-feira pela Executiva partidária e convencendo-o a dar a ela o que o próprio Sarney batizou de "leitura positiva".

O presidente havia dito a seus interlocutores que a nota poderia ter três leituras, "a vernacular, a negativa e a positiva", mas que as explicações dos peemedebistas reforçaram a sua convicção de que a leitura deveria ser "positiva, para o bem da Pátria".

Apoio

Luiz Henrique —que voltou a conversar com o presidente na mesma noite de anteontem, na festa de aniversário da nora de Sarney— saiu dos dois encontros convencido de que o presidente vai governar com o PMDB como eixo básico de sustentação. E essa convicção só seria reforçada na manhã seguinte (ontem): o PDS, em reunião de sua bancada no Congresso constituinte, decidiu, por 30 votos a 4, rejeitar apoio ao documento que Sarney lançou na semana passada. Como o PDS é a terceira bancada no Congresso constituinte, atrás apenas de PMDB e PFL, e como o PFL está rachado ao meio na questão do apoio ao presidente, só parece restar a Sarney respaldar-se no PMDB.

Durante a festa na casa da nora, aliás, Sarney produziu uma frase eloquente: "O PMDB tanto pode significar a estabilidade quanto a desestabilização". Para os peemedebistas que o ouviram, a frase significa que ou o partido apóia decididamente o presidente (esforço em que está empenhado a fundo o presidente peemedebista, Ulysses Guimarães) ou há o risco de desestabilização do governo.

O esforço de Ulysses tem inteiro respaldo do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, que disse ontem, por telefone: "O PMDB tem que assumir o governo. Não tem aquela frase do d. João 6º, 'filho, lance mão da coroa antes que algum aventureiro o faça'? Então. É isso".

Mal-estar

O cerco do PMDB a Sarney nasceu do visível mal-estar que a nota de anteontem da Executiva causou no presidente. Seu filho, o deputado José

Sarney Filho (PFL-MA), detectou a inquietação do pai e levou-a no fim da tarde de anteontem ao gabinete do senador José Richa, ao qual confluíram peemedebistas convocados pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), amigo pessoal do presidente.

"Ele não quer nem tocar no assunto, o que faz sempre que está irritado", relatou-lhes o filho do presidente.

Richa, Cid e seus companheiros convenceram Sarney Filho de que a nota da Executiva era positiva para o presidente, o que levou o deputado pefelista a sugerir que fossem todos ao Palácio da Alvorada para um encontro com Sarney.

A proposta foi aceita, até porque os peemedebistas ali presentes estavam convencidos de que outro grupo do partido (o "Centro Democrático", ala conservadora) intrigara o presidente com a cúpula, durante a audiência que Sarney lhes concedera à tarde.

Conversa

Os dezesseis peemedebistas chegaram ao Alvorada às 20h15, encontrando um ambiente excessivamente formal e um presidente que dava visíveis sinais de esgotamento físico.

Cid Carvalho foi o primeiro a falar e escalou Richa para ser o orador do grupo. O senador paranaense começou a quebrar o gelo com uma tirada de humildade temperada com humor: "Meu pai e minha mãe eram analfabetos e não puderam me ensinar a falar ou a conversar bonito. Mas eram também trabalhadores e me ensinaram a trabalhar bonito".

Sarney sorriu. E Richa avançou, então, pela política: disse a Sarney que não havia uma "guerra de documentos" (referindo-se ao documento do próprio Sarney da semana anterior e o da Executiva, daquela manhã). Acrescentou que o documento do partido era um documento interno, "para costurar a unidade, sem a qual o partido não teria cacefe para bancar o governo".

"E repetiu o que dissera anteontem: "Política é como religião. A conversão não se faz de uma vez, é uma repactuação que tem que ser feita a cada dia".

Egídio Ferreira Lima (PE) reforçou: explicou ao presidente que ele precisava entender o PMDB, um "partido multifacético" mas que, naquele dia, na reunião da Executiva, "resolvera o dilema entre ser ou não ser governo".

Fernando Gasparian (SP) bate na mesma tecla, até que o presidente começou a falar, ainda em tom

queixoso. Disse que, em toda a história republicana, nunca um partido fora tão prestigiado por um presidente. Perguntou se algum dos presentes tinha dúvidas a propósito do respeito que Sarney dedicava ao partido e a seu presidente nacional, Ulysses Guimarães.

Mandato

Entrou, em seguida, no que ele próprio reconheceu serem "temas polêmicos", citando a duração de seu mandato e o sistema de governo. Sarney disse que há muito tempo vinha pedindo uma definição sobre o mandato. "Cheguei a dizer que poderia ser de um mês, seis meses, mas que fosse definido logo, antes de se iniciar o trabalho da Constituinte, porque iria interferir nele". Além disso, queixou-se de que a indefinição atrapalhava as negociações sobre a dívida externa, "até agora favoráveis ao Brasil, mas que estão entrando em uma fase mais difícil".

Lembrou ainda que, em almoço com Ulysses e com Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, ficara acertado que o mandato seria de cinco anos, mas o combinado não teve consequência prática.

Sobre sistema de governo, disse Sarney: "A Constituinte é soberana, pode implantar o parlamentarismo, mas no meio do meu mandato não ficaria bem".

"Confiança mútua"

O gelo foi se quebrando, a ponto de os interlocutores concordarem em que era preciso, doravante, haver "confiança mútua, do presidente ao partido e deste ao presidente".

Uma hora depois que entraram, saíram os dezesseis peemedebistas e um Sarney já descontraído foi à festa de aniversário de sua nora.

Na manhã seguinte, o presidente embarcava para a Venezuela contabilizando, conforme a Folha apurou no Palácio do Planalto, dois lados positivos da nota da Executiva peemedebista: houve a referência ao documento do presidente, solicitada por Sarney a Ulysses, e "ficou clara a disposição do partido de participar de um entendimento no qual o PMDB assegura a maioria ao governo", conforme disse o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil.

Ainda assim, restou o sabor amargo deixado pelo fato de que o PMDB não deu apoio explícito ao texto "Democracia e Desenvolvimento", expedido por Sarney na quarta-feira anterior. Sobre isso, o presidente "ainda está meditando". (CR)

Passarinho apóia carta de Figueiredo

Da Sucursal de Brasília

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), 67, disse ontem que o manifesto lançado na quarta-feira pelo general João Baptista Figueiredo transformou o ex-presidente da República num "catalisador" do que chamou de "centro político" do país.

"Foi um chamamento à arregimentação do centro, que é a grande vocação do povo brasileiro", disse o senador, atual presidente do PDS e coronel reformado do Exército.

Na terça-feira, Passarinho foi informado pelo ex-senador César Cals (ministro das Minas e Energia de Figueiredo) de que o ex-presidente vem mantendo sucessivas reuniões políticas, e disse ontem que o manifesto configura "um claro compromisso político-partidário". Lembrou que Figueiredo ainda é presidente de honra do PDS.

Passarinho disse que as articulações em torno de Figueiredo "podem ter como desdobramento" uma futura candidatura à Presidência da República. E disse que o PDS deve se beneficiar da ação "catalisadora" do ex-presidente. "O PDS teria muito a ganhar", disse, ainda que evitando comentar a hipótese de o general tornar-se o candidato de seu partido nas próximas eleições.

Segundo Passarinho, a manifestação de Figueiredo integra uma articulação mais ampla: "O centro está se organizando para impedir que as teses de esquerda e extrema-esquerda predominem na Constituinte. Ele lançou uma semente". Passarinho foi líder do PDS no Senado no governo Figueiredo, ministro da Educação no governo do general Emílio Garrastazu Médici e ministro do Trabalho no governo do general Castello Branco.

Sant'Anna crítica

Já o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna

Manifesto tem 'verdades incontestáveis', diz Brizola

Da Sucursal do Rio e da Reportagem Local

O ex-governador do Estado do Rio, Leonel Brizola, afirmou que o manifesto do ex-presidente João Figueiredo contém "verdades incontestáveis" e que a democracia nada tem a ver "com os erros e a incompetência de Sarney e do PMDB". Leonel Brizola disse que não vê ameaça conspiratória no manifesto de Figueiredo e indagou: "Quem pode negar que este governo tem sido um desastre? que o arrocho salarial é o maior da história? que a miséria e a crise vem se aprofundando?"

Segundo Brizola, Figueiredo fez "uma manifestação aberta e franca" em favor das eleições diretas para a Presidência da República. Já o PMDB, no entender de Brizola, articula o "golpe do parlamentarismo e da restauração do colégio eleitoral", enquanto o presidente Sarney dá "o golpe do mandato de cinco anos".

O ex-ministro da Justiça do gover-

no Geisel, Armando Falcão, afirmou no Rio que o manifesto teve "inegável repercussão em todos os setores da vida nacional" e que trata-se de "importante documento no quadro do processo político atual".

O governador de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), 49, disse ontem que não concorda com "as idéias do manifesto, mas como todo cidadão, o ex-presidente tem o direito de se manifestar".

Lembrando que Figueiredo se esquece, quando critica o governo atual, que "fez um governo fraco", Quércia disse que a idéia de realizar eleições gerais no próximo ano "é uma ilusão".

O governador do Rio, Moreira Franco, disse ontem que não acredita na possibilidade de uma "pororoca social" em consequência dos rumos do governo José Sarney, como previu o ex-presidente em seu manifesto de anteontem. "Eu creio que a situação do país é grave, muito grave, e não pode ser comparada a uma pororoca", disse Moreira.

(PMDB-BA), 54, fez ontem um violento ataque ao manifesto de Figueiredo. "Não gosto de saudosismo. Por que, no tempo em que foi presidente, ele não fez todas as coisas que está pregando agora? A pororoca social (referência a uma expressão do manifesto) é uma consequência da herança maldita que ele nos deixou".

E passou a relatar a "herança": "Dívida externa de 100 bilhões de dólares, dívida interna de 25 bilhões de dólares, cinco milhões de chagásicos, seis milhões de doentes por esquistossomose, trezentos mil lepro-

Amato defende a reforma; Afif critica

Da Redação da Folha e da Sucursal do Rio

O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, 68, defende a reforma ministerial que o presidente deverá realizar na próxima semana, considerando que ela vem no sentido de "dar maior liberdade ao presidente para que coloque homens de sua confiança". Segundo Amato, "faltam regras no governo, e o presidente tem que tomar alguma decisão, principalmente quanto à mudança de procedimentos políticos".

O presidente da Fiesp aponta como "mudanças positivas" a eliminação e a fusão de ministérios, e disse também que a provável ida do ex-ministro Mário Henrique Simonsen ao Ministério do Planejamento

"só faria bem ao governo", porque "Simonsen é uma das últimas reservas competentes do país, na área econômica".

O deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL), 43, centro-direita, afirmou ontem que "o presidente Sarney não consegue formar um governo porque não exerce a liderança, nem com a faixa presidencial, nem com a caneta", referindo-se à reforma ministerial. Para Afif, a marca do governo Sarney é a "instabilidade, que acaba passando também aos seus assessores diretos, os ministros, e nesse clima, qualquer alteração no Ministério não aumentará a sustentação política do presidente", disse.

O deputado não acredita que o ex-ministro Mário Henrique Simonsen ocupe o Ministério do Planeja-

responsabilidade não devem ser colocadas no crematório, ou seja, num Ministério que tem prazo de duplicata".

Simonsen

Já o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, 52, afirmou que o presidente da República pode mudar o Ministério quando quiser, visto que o Brasil está num regime presidencialista e os ministros ocupam cargos de confiança. "No entanto, até agora, o que é factual, foi a renúncia do ministro da Educação, Jorge Bornhausen, a decisão do ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castello Branco, de deixar o Ministério por motivos de saúde, e a declaração do ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, sobre sua intenção de também deixar o Ministério", disse Simonsen.

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Editoria de Arte

Da Sucursal de Brasília

Um sindicato por categoria	
PMDB	Abigail Feitosa (BA), Almir Gabriel (BA), Artur da Távola (RJ), Carlos Mosconi (MG), Carlos Sant'Anna (BA), Celso Dourado (BA), Cristina Tavares (PE), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabóia (MA), João Herrmann (SP), José Fogaça (RS), José Ignácio Ferreira (ES), José Paulo Bisol (RS), José Richa (PR), Manoel Moreira (SP), Mário Lima (BA), Nelson Carneiro (RJ), Nelson Jobim (RS), Nelson Friedrich (PR), Nilson Gibson (PE), Oswaldo Lima Filho (PE), Paulo Ramos (RJ), Raimundo Bezerra (CE), Renato Viana (SC), Rodrigues Palma (MT), Sigmaringa Seixas (DF), Virgildáσιο de Senna (BA). Suplentes: Aécio Neves (MG), Albano Franco (SE), Antonio Mariz (PB), Israel Pinheiro (MG), José Carlos Grecco (SP), Nelson Wedekin (SC), Octávio Elisio (MG), Rose de Freitas (ES), Vicente Bogo (RS)
PFL	Alceni Guerra (PR), Antonio Carlos M. Thome (SP), Arnaldo Prieto (RS), Eraldo Tinoco (BA), Luiz Eduardo Magalhães (BA), José Lourenço (BA), Paulo Pimentel (PR), Ricardo Fiuzo (PE). Suplentes: Hugo Napoleão (PI), Jonas Pinheiro (MT), Mozarildo Cavalcanti (RR), Ricardo Izar (SP)
PDS	Antônio Carlos Konder Reis (SC), Gérson Peres (PA), Jarbas Passarinho (PA), José Luiz Maia (PI), Virgílio Távora (CE)
PDT	José Maurício (RJ). Suplentes: Bocayuva Cunha (RJ)
PTB	Francisco Rossi (SP), Gastone Righi (SP), Joaquim Beviláçqua (SP)
PSB	Suplente: Beth Azize (AC)
PCB	Roberto Freire (PE)
PC do B	Haroldo Lima (BA)
PDC	Suplente: José Maria Eymael (SP)
PMB	Antônio Farias (PE)
PL	Adolpho de Oliveira (RJ), Afif Domingos (SP)
PMDB	Egídio Ferreira Lima (PE), Fernando Bezerra Coelho (PE), Antonio Brito (RS), João Calmon (ES), Pimenta da Veiga (MG), Wilson Martins (MS). Suplentes: Délio Braz (GO)
PFL	Aloysio Chaves (PA), Carlos Chiarelli (RS), Francisco Benjamin (RJ), José Lins (CE), Mário Assad (MG), Sandra Cavalcanti (RJ). Suplentes: Edson Lobão (BA), Gilson Machado (PE), Poes Landim (PI)
PDS	Darcy Pozza (RS)
PT	Luiz Inácio Lula da Silva (SP), Plínio de Arruda Sampaio (SP)
ABSTENÇÃO:	PDT: Luiz Salomão (RJ)
AUSENTES:	PMDB Ademir Andrade (PA), Aluizio Campos (PB), Cid Carvalho (MA), Fernando Gasparian (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), Fernando Lyra (PE), José Freire (GO), José Geraldo Ribeiro (MG), José Serra (SP), José Ulysses de Oliveira (MG), Milton Reis (MG), Prisco Viana (BA), Severo Gomes (SP), Theodoro Mendes (SP)
	PFL Afonso Arinos (RJ), Cristóvam Chiaradia (MG), Edme Tavares (PB), Francisco Dornelles (RJ), Inocêncio de Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Santana (MG), José Thomaz Nonô (AL), João Menezes (PA), Marcondes Gadelha (PB), Oscar Corrêa (MG), Osvaldo Coelho (PE)
	PDT Brandão Monteiro (RJ), Lysâneas Maciel (RJ)
	PSB Jamil Haddad (RJ)
	PDC Siqueira Campos (GO)

As votações são nominais. Primeiro, são chamados os titulares e, se não for alcançado o quórum de 93 membros, convocam-se os suplentes. A chamada segue até o preenchimento do quórum de cada partido. Depois de chamados todos os titulares e suplentes, a votação será válida, bastando que se ultrapasse 47 votos (maioria absoluta dos membros).



Por 63 votos a dezenove, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem a proposta de pluralidade sindical constante do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Um acordo firmado entre o PMDB, PDS e os partidos de esquerda assegurou a aprovação da emenda do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), resgatando a atual unicidade sindical, que não permite a constituição de mais de um sindicato por categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

Apenas o PT votou unido contra a unicidade, recebendo adesões do PMDB e do PFL. Dos 49 peemedebistas, sete eram favoráveis à pluralidade. Os pefelistas racharam: doze votaram favoravelmente à emenda Campos e nove foram contra. Os partidos comunistas e socialistas apoiaram a unicidade, usando a tribuna para defendê-la.

Muito irritado, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, disse que a "atual estrutura sindical fascista" foi mantida. Depois de acompanhar as quase duas horas de discussões e votação, Meneguelli disparava palavras e discursiva, nervosamente, com os parlamentares do PCB e PC do B que votaram contra a pluralidade. Em contrapartida, o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), afirmou que a unicidade é a "melhor proposta para o estágio do país".

Depois de ter sofrido derrotas importantes da "esquerda" na comissão, Albano Franco promoveu uma ampla negociação com a ala "progressista" do PMDB para obter apoio para a unicidade sindical. Parte dos membros do Movimento de Unidade Progressista (MUP), que integra a "esquerda" peemedebista, concordava com a proposta defendida pelo PT. Mas houve uma reversão de opinião depois de seguidas conversas com Albano Franco e com os "moderados" da comissão. As 16h10, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) propôs uma emenda defendendo a unicidade sindical. Depois de quase uma hora de debates, Barbosa retirou sua emenda, apoiando a de Geraldo Campos, idêntica à sua.

O deputado Luiz Inácio Lula da Silva (SP) encaminhou a votação de uma emenda que ampliava os princípios da pluralidade sindical constantes do substitutivo. Lula propunha que não fosse necessária qualquer autorização do Estado para a fundação de associações. Por 83 votos a cinco, a proposta do PT foi rejeitada. Depois de um novo embate verbal entre os parlamentares de "esquerda", foi aprovada a unicidade para as associações sindicais, "em qualquer grau", numa mesma base territorial. Pela interpretação de Campos, a CGT e a CUT teriam de se unificar após a promulgação da nova Constituição.

Líderes tentam reduzir 7.500 destaques a 750

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

Os líderes dos principais partidos com assento no Congresso constituinte acertaram ontem à tarde que os 7.500 destaques apresentados ao substitutivo do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização deverão ser reduzidos a 10% disso (750), para agilizar os trabalhos constituintes. A morosidade na elaboração do texto da nova Carta também foi tema, ontem, de uma reunião entre o deputado Ulysses Guimarães, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, quatorze vices-líderes peemedebistas e o deputado Roberto Cardoso Alves.

No encontro, Ulysses apresentou quatro propostas que deverá examinar no próximo domingo com o secretário-geral da Mesa do Congresso constituinte, Paulo Afonso: dobrar a jornada de trabalho na Comissão, que funcionaria em dois períodos; prorrogar o prazo da Comissão (que se encerra no próximo dia 28); encerrar este novo prazo, enviar o projeto de Constituição ao plenário, submetendo-se aos constituintes o que tiver sido aprovado na Comissão e o que constar do substitutivo de Cabral que não tenha sido apreciado; acordo entre as lideranças para rejeição em bloco dos destaques na Sistematização, com garantia de que eles sejam apreciados com prioridade no plenário.

Juízes promovem paralisação em protesto contra substitutivo

Da Reportagem Local e das Sucursais

A Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra) promoveu ontem um dia de paralisação nacional em protesto contra o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM) em votação na Assembleia Constituinte. A vice-presidente da associação, juíza Ilse Marques Benevides, estimou a adesão ao movimento em 100% na Bahia e "em todos os Estados com os quais manteve contato telefônico".

O principal objetivo do Dia do Protesto da Magistratura Trabalhista é revogar a criação do Conselho Nacional de Justiça, constante do substitutivo que, segundo Ilse Benevides, por ser formado por parlamentares e advogados, vai de encontro à

hierarquia da magistratura "fazendo com que os juízes sejam regulados por advogados". Outra reivindicação da entidade é a extinção da representação classista, para Ilse, "pouco eficiente", de forma a destinar mais verbas para a contratação de novos juízes "diminuindo, assim, a morosidade dos processos", além de maior autonomia administrativa e financeira para o poder Judiciário.

Em assembleias realizadas ontem às 14h em todo o país, segundo Ilse, os juízes trabalhistas elaboraram as propostas que serão levadas à assembleia nacional da entidade, em Brasília, ainda sem data marcada. Na ocasião, a associação pretende procurar os deputados constituintes para esclarecer "todos os problemas que ocorrem na Justiça Trabalhista", disse Ilse Benevides.